

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA**

LEI MUNICIPAL Nº 1.235/2009

DE 16 DE OUTUBRO DE 2009.

**“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE
ALEGRIA - RS, PARA O EXERCÍCIO
FINANCEIRO DE 2010 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS”.**

IDAÍR LUIZ SANTI, Prefeito
Municipal de Alegria, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições
legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal
de Vereadores aprovou com Emenda Modificativa nº 01/2009 e EU, sanciono e
promulgo a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

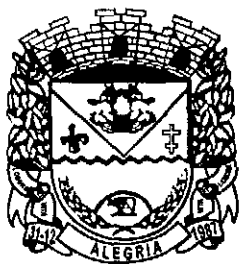
Art.1º-São estabelecidas, em
cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo 2º, da Constituição
Federal e no artigo 100, parágrafo 2º, da Lei Orgânica do Município, as
diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos do Município, relativas ao
exercício de 2010, compreendendo:

- I - as metas e riscos fiscais;
- II - as prioridades e metas da Administração Municipal extraídas do Plano
Plurianual para 2010/2013;
- III - a organização e estrutura do orçamento;
- IV - as diretrizes gerais para elaboração e execução do orçamento e suas
alterações;
- V - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e
encargos sociais;
- VII - as diretrizes que nortearão a elaboração dos orçamentos fiscal e da
seguridade social;
- VIII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- IX - as disposições gerais.

I - DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art.2º As metas fiscais de receitas,
despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os
exercícios de 2010, 2011 e 2012, de que trata o artigo 4º da Lei Complementar
nº 101/2000, são as identificadas no **ANEXO I**, composto dos seguintes
demonstrativos:

- I - Demonstrativo das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º,
da Lei Complementar nº 101/2000;
- II - Demonstrativo de avaliação do cumprimento das metas fiscais
relativas ao ano de 2008;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA**

- III - Demonstrativo das metas fiscais previstas para 2010, 2011 e 2012, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2007, 2008 e 2009;
- IV - Demonstrativo da memória de cálculo das metas fiscais de receita e despesa;
- V - Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido, conforme artigo 4º, Parágrafo 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
- VI - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafo 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
- VII - Demonstrativo da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o artigo 4º, parágrafo 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;
- VIII - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme artigo 4º, parágrafo 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;
- IX - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme artigo 4º, parágrafo 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.

§.1º- A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei de Orçamento Anual para 2010 deverão levar em conta as metas de resultado primário e resultado nominal estabelecidas no **Anexo I** que integra esta Lei.

§.2º- Proceder-se-á à adequação das metas fiscais se, durante o período decorrido entre a apresentação dessa Lei e a elaboração da proposta orçamentária para o próximo exercício, surgirem novas demandas ou alterações na legislação e no cenário econômico que impliquem a revisão das metas fiscais, hipótese em que os Demonstrativos previstos nos incisos I e III deste artigo serão atualizados e encaminhados juntamente com a proposta orçamentária para o exercício de 2010.

Art.3º- Estão discriminados, no **Anexo II**, que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao artigo 4º, parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 101/2000;

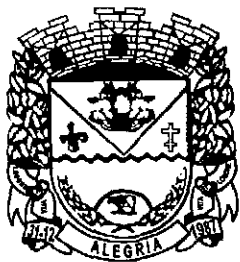
§1º- Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§2º- Caso se concretizem, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício de 2009, se houver, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§3º- Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não comprometidos

**I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
EXTRAÍDAS DO PLANO PLURIANUAL PARA 2010/2013**

Art.4º- As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2010 estão estruturadas de acordo com o Plano



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Plurianual para 2010/2013 - Lei nº _____, de _____ e suas alterações, especificadas no **Anexo III**, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos da Lei Orçamentária de 2010, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

§1º- A programação da despesa na Lei de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2010 observará o atingimento das metas fiscais estabelecidas e atenderá às prioridades e metas estabelecidas no Anexo de que trata o "caput" deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

- I - previsão dos gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;
- II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;
- III - despesas indispensáveis ao custeio e manutenção da administração municipal e
- IV - despesas com conservação e manutenção do patrimônio público.

§2º- Proceder-se-á adequação das metas e prioridades de que trata o "caput" deste artigo, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2010 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

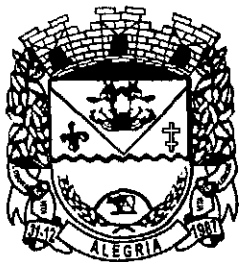
§3º- Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o Anexo de Metas e Prioridades, devidamente atualizado, será encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

III - DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art.5º- Para efeitos desta Lei, entende-se por:

- I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;
- II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§1º- Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

§2º- Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, de acordo com a Portaria MOG 42/99.

Art.6º- Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as suas respectivas dotações, especificadas por elementos de despesa, na forma do artigo 15, Parágrafo 1º, da Lei Federal 4.320/64.

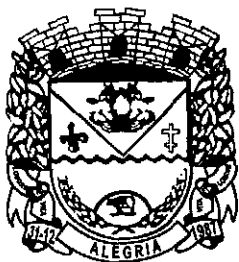
Art.7º- O orçamento para o exercício financeiro de 2010 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração indireta e fundos municipais, e será estruturado em conformidade com a estrutura organizacional do Município.

Art.8º- O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido no Parágrafo 5º do artigo 165 da Constituição Federal, no artigo 77 da Lei Orgânica do Município e no artigo 2º, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e será composto de:

- I - texto da lei;
- II - consolidação dos quadros orçamentários;

§1º- Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no artigo 22, inciso III, da Lei Federal n.º 4.320/64, os seguintes quadros:

- I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- II - demonstrativo da evolução da receita, por fontes de arrecadação, em atendimento ao disposto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- III - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o artigo 5º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- IV - demonstrativo das receitas por fontes e das despesas por grupo de natureza de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme artigo 165, parágrafo 5º, Inciso III, da Constituição Federal;
- V - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do artigo 2º e do artigo 2.º da Lei Federal n.º 4.320, de 1964;
- VI - demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o artigo 5º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- VII - demonstrativo da fixação da despesa de pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, acompanhado da memória de cálculo;
- VIII - demonstrativo da previsão de aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do artigo 212 da Constituição Federal, modificado pela Emenda Constitucional n.º 53, de 2006, e dos artigos 70 e 71 da Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA**

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em ações e serviços públicos de saúde, conforme Emenda Constitucional nº 29, de 2000;

X - demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação e do orçamento a que pertencem;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo de despesa para a Câmara Municipal, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal - Emenda Constitucional Nº 25, de 15 de fevereiro de 2000, de acordo com a metodologia prevista no parágrafo 2º do artigo 12 desta Lei.

Art.9º- A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual, de que trata o artigo 22, parágrafo único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá:

I - relato sucinto do desempenho financeiro do Município e projeções para o exercício a que se refere a proposta, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do artigo 22 da Lei Federal n.º 4.320, de 1964;

IV - memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no exercício de 2009 e a previsão para o exercício de 2010;

VI - relação das ordens precatórias a serem cumpridas com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária, com a indicação da origem e dos números do processo judicial e precatório, das datas do trânsito em julgado da sentença e da expedição do precatório, do nome do beneficiário e do valor de cada precatório a ser pago, nos termos do parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição Federal;

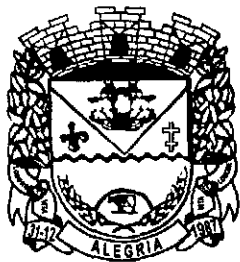
**IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO
DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES**

Art.10- O Orçamento para o exercício de 2010 e a sua execução obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada fonte de recursos, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos.

§1º- Para fins de atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo poderá organizar audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§2º- A Câmara Municipal poderá organizar audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

Art.11- Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita, e estas, por sua vez,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no artigo 8º, parágrafo 1º, inciso V, desta lei.

§1º- A administração dos Fundos Municipais será efetivada pelo Poder Executivo, podendo, por ato formal do Prefeito Municipal, ser delegada a servidor municipal ou comissão de servidores.

§2º- A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas, também, em balancetes apartados das contas do Município.

Art.12- Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2010 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2010.

§1º- Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2010, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§2º- Para fins de cálculo do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do artigo 29-A da Constituição Federal, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art.13- O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, inclusive o Poder Legislativo, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

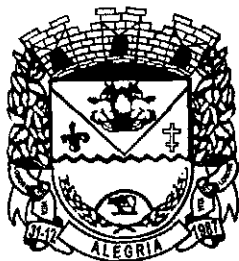
§1º- O ato referido no **caput** deste artigo e os que o modificarem conterá:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o artigo 9º, parágrafo 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, discriminadas, no mínimo, por fontes, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa e da cobrança administrativa;

III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária, incluídos os restos a pagar.

§2º- Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no artigo 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art.14- Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

- I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
- II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;
- V - Diárias de viagem; e
- VI - Horas extras.

§1º- Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2009, observada a vinculação de recursos.

§2º- Não serão objeto de limitação de empenho as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, precatórios judiciais e de obrigações constitucionais e legais.

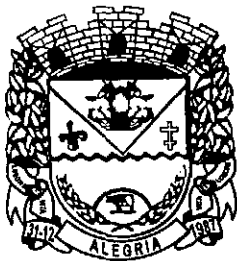
§3º- Na hipótese de ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§4º- Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar o ajuste processado, que será discriminado por órgão.

§5º- Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no artigo 9º, Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§6º- Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art.15- O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida a programação financeira, será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Parágrafo Único: Ao final do exercício financeiro de 2010, o saldo de recursos financeiros, porventura existente será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo.

Art.16- A compensação de que trata o artigo 17, parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo de que trata o artigo 2º, inciso IX, dessa lei, no valor de R\$ 504.738,29 (quinhentos e quatro mil, setecentos e trinta e oito reais e vinte e nove centavos), observados o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.17- A lei orçamentária conterá reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

- I - Cobertura de créditos adicionais;
- II - Atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

§1º- A reserva de contingência, de que trata o inciso II do *caput*, será fixada em, no mínimo, 1%(um por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

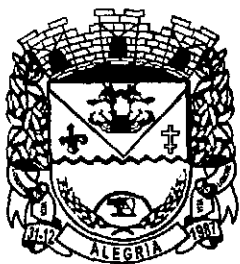
§2º- Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência de que trata o inciso II do *caput* não precisará ser utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964.

§3º- A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu superávit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

§4º- Para fins de avaliação das metas fiscais de que trata o Parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 a Reserva de Contingência será considerada como despesa primária, obedecidos os seguintes critérios:

- a) no final do primeiro quadrimestre, pelo menos um terço do saldo;
- b) no final do segundo quadrimestre, pelo menos dois terços do saldo; e
- c) no final do terceiro quadrimestre, o valor efetivamente utilizado no exercício.

Art.18- Os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo Único: Na Lei Orçamentária Anual, a Receita e a Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art.19- A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§1º- A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

§2º- A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após 31 de dezembro de 2010, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

Art.20- Para efeitos do disposto no parágrafo 1º, do artigo 1º e artigo 42 da Lei Complementar no 101, de 2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 19 desta Lei.

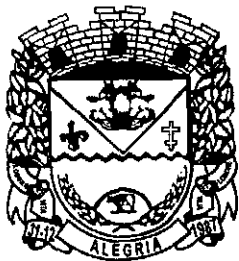
Parágrafo Único: No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art.21- A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei 4.320/64.

§1º- A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, parágrafo 3º, da Lei 4.320/64, será realizada por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida no artigo 8º, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§2º- Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivas metas.

§3º- Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária de 2010, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

§4º- Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

- I - superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos;
- II - créditos reabertos no exercício de 2010;
- III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
- e
- IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos.

§5º- Os projetos de leis relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 30 dias, a contar do recebimento.

§6º- Acompanharão as solicitações de que trata o parágrafo anterior a exposição de motivos de que trata o parágrafo 2º deste artigo.

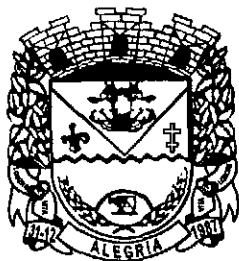
Art.22- No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2010, com indicação de recursos compensatórios dos próprios órgãos, nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso III, da Lei no 4.320, de 1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art.23- A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, parágrafo 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessário, mediante ato próprio de cada Poder, até 31 de março de 2010.

Art.24- O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2010 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no artigo 6º desta Lei.

Parágrafo Único: A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2010 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art.25- As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de Decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Art.26- A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do artigo 16 da Lei no 4.320, de 1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

§1º- Para se habilitar ao recebimento de recursos referidos no “caput”, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos 5 (cinco) anos, firmada por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§2º- As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

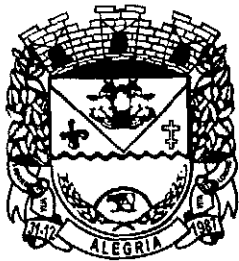
§3º- A concessão de benefício de que trata o “caput” deste artigo deverá estar definida em lei específica e atender, no que couber, ao artigo 116 da Lei Federal 8.666/93.

Art.27- A transferência de recursos a entidade privada, a título de contribuição corrente, ocorrerá se for autorizada em lei específica, e objetivará a execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual.

Parágrafo Único: O disposto no caput deste artigo aplica-se aos casos de prorrogação ou renovação de convênio ou instrumento congênere ou aos casos em que, já havendo sido firmado o instrumento, devam as despesas dele decorrentes correr à conta de dotações consignadas na Lei Orçamentária de 2010.

Art.28- A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no artigo 12, parágrafo 6º, da Lei no 4.320, de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

- I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;
- II - para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;
- III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;
- IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790, de 1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;
- V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas;
- VI - voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e

VIII - voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda.

Art.29- A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei anterior de que trata o artigo 12, parágrafo 6º, da Lei no 4.320, de 1964.

Art.30- As determinações contidas nos artigos 28 e 29 desta Lei não se aplicam aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.

Art.31- A destinação de recursos de que tratam os artigos 26, 27, 28, e 29 não será permitida nos casos em que agente político do Poder Executivo ou Legislativo, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja dirigente da entidade beneficiada.

Art.32- O Poder Executivo Municipal poderá atender necessidades diretas de pessoas físicas, através de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que tais ações sejam previamente aprovadas pelo respectivo conselho municipal e autorizadas por lei específica, dispensada esta quanto aos programas de duração continuada, já em execução.

Art.33- As transferências de recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições previstas no artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000, deverão atender às seguintes condições, conforme o caso:

I - a necessidade deve ser momentânea, e a atuação do Poder Público se justifica em razão da repercussão social ou econômica que a extinção da entidade representar para o Município.

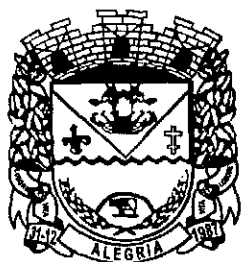
II - a transferência de recursos deve-se dar em razão de incentivos fiscais para instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços;

Art.34- No caso de concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas, esses ficam condicionados ao pagamento de juros não inferiores a 12% (doze por cento) ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II - pré -seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

III - formalização de contrato;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Parágrafo Único: através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o caput deste artigo.

Art.35- Para fins de atendimento ao disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo Único: a Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o "caput" deste artigo.

Art.36- Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§1º- Para efeito do disposto no artigo 16, parágrafo 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2010, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do Art. 24 da Lei 8.666/93, conforme o caso.

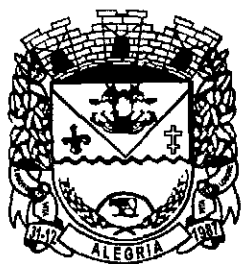
§2º- No caso de despesas com pessoal, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, no exercício de 2010, em cada evento, não exceda a 31 (trinta e uma) vezes o menor padrão de vencimentos - (Padrão 01, Classe A).

Art.37- As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e Operações de Crédito.

§1º. Para fins de atendimento do artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

§2º- Não poderão ser programados novos projetos, à conta de anulação de dotações destinadas a obras em andamento, cuja execução financeira tenha ultrapassado 50% (cinquenta por cento) do custo total estimado até o final do exercício financeiro de 2009.

§3º- As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

demonstrados no **ANEXO IV** desta lei, em cumprimento ao disposto no artigo 45, parágrafo único, da LRF.

Art.38- O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os artigo 50, parágrafo 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do custo aluno/ano do ensino fundamental, do custo aluno/ano do transporte escolar, do custo aluno/ano do ensino infantil, do custo aluno/ano com merenda escolar, do custo da destinação final da tonelada de lixo, do custo do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único: Os gastos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as despesas liquidadas e as metas físicas previstas confrontadas com as realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art.39- As metas fiscais para 2010, estabelecidas no demonstrativo de que trata o inciso I do artigo 2º serão desdobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em Audiência Pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo Único: Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

V - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

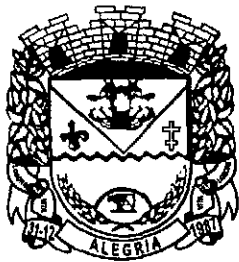
Art.40- A Lei Orçamentária Anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art.41- O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

VI - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art.42- No exercício de 2010, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no artigo 7º dessa Lei, deverão obedecer às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§1º- Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias de 2010,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de agosto de 2009, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o disposto no artigo 45 desta Lei.

§2º A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o parágrafo 4º do artigo 39 da Constituição Federal, assegurada no artigo 37, inciso X, desta, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

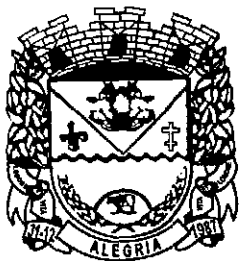
Art.43- Para fins dos limites das despesas com pessoal, previstos no artigo 19, inciso III, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar no 101, de 2000, deverão ser incluídas:

- I - as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal;
- II - as despesas decorrentes da contratação de serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores públicos;
- III - as transferências de recursos para consórcio público, destinados à cobertura de despesas com pessoal à disposição do Município, e respectivos encargos, para fins de atender a Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.107, de 17 de janeiro de 2007, devendo, obrigatoriamente, as despesas serem empenhadas nas rubricas de despesa 3.1.7.1.11.99.10.00.00.00 - Transferências de Recursos para Cobertura de Despesas com Pessoal de Consórcios e 3.1.7.1.13.00.00.00.00.00 - Obrigações Patronais;
- IV - as transferências de recursos para cobertura de despesas com pessoal a serviço do Município e contratado através de Instituições Privadas sem Fins Lucrativos que deverão, obrigatoriamente, ser registradas nas contas 3.1.5.0.11.99.10 - Transferências de Recursos para Cobertura de Despesas com Pessoal Contratado Através de Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos e 3.1.5.0.13.00.00.00 - Obrigações Patronais, conforme o caso.

Parágrafo Único: Não se considera como substituição de servidores públicos, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que:

- I - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do Município, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria funcional extintos, total ou parcialmente;
- e
- II - não caracterizem relação direta de emprego.

Art.44- Até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará, com base na situação vigente, tabela com os totais de cargos efetivos, comissionados e funções de confiança integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos efetivos vagos e ocupados por servidores estáveis e não estáveis e os quantitativos de cargos em comissão e funções de confiança vagos e ocupados, comparando-os



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

com os quantitativos do ano anterior e indicando as respectivas variações percentuais ocorridas.

§1º- O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante a publicação de ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Art.45- O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, parágrafo 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos. 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos. 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

- I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;
- II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;
- III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;
- IV - prover cargos em comissão e funções de confiança;
- V - melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;
- VI - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;
- VII - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;
- VIII - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infra-estrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.

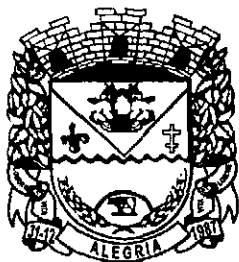
§1º- No caso dos incisos I, II, e III, além dos requisitos estabelecidos no caput deste artigo, os projetos de lei deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, para os efeitos dos artigos. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, o impacto orçamentário e financeiro decorrente, apresentando o efetivo acréscimo de despesas com pessoal.

§2º- No caso de provimento de cargos, salvo quando ocorrer dentro de seis meses da sua criação, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro deverá instruir o expediente administrativo correspondente, juntamente com a declaração do ordenador da despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual, exigência essa a ser cumprida nos demais atos de contratação.

§3º- No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos artigos. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§4º- Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Art.46- Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA**

extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

- I - as situações de emergência ou de calamidade pública;
- II - as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
- III - a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

VII - DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art.47- Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas e sociedades de economia mista em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

Art.48- O orçamento da seguridade social compreenderá as receitas e despesas destinadas a atender às ações na área de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao definido nos artigos 165, parágrafo 5.º, inciso III e artigos 194 e 195, parágrafos 1.º e 2.º, da Constituição Federal, na alínea "d" do parágrafo único do artigo 4º e artigo 7º da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e contará, dentre outros, com recursos provenientes das demais receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente esse orçamento.

§1º- O orçamento da seguridade social incluirá os recursos necessários a aplicações em ações e serviços públicos de saúde, conforme dispõe a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

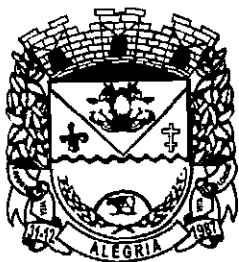
§2º- O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no artigo 8º, parágrafo 1º, inciso IV, desta Lei.

VIII - DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art.49- As receitas serão estimadas e discriminadas:

- I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal e
- II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2010, especialmente sobre:

- a) atualização da planta genérica de valores do Município;
- b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

- pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
- c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
 - d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
 - e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
 - f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
 - g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
 - h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de Cálculo Atuarial;
 - i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art.50- Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do artigo anterior, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art.51- O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

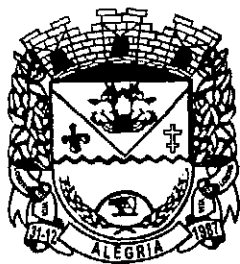
§1º- A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do seu impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

- a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
- b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§2º- Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeitos do disposto neste artigo, a elevação do montante de recursos recebidos pelo Município, oriundos da elevação de alíquotas e/ou ampliação da base de cálculo de tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos. 157 e 158 da Constituição Federal.

§3º- Não se sujeita às regras do parágrafo anterior a simples homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente.

Art.52- Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.53- Para fins de desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, saneamento, assistência social, agricultura, meio ambiente e outras áreas de relevante interesse público, o Poder Executivo poderá firmar convênios ou instrumentos congêneres com outras esferas de governo, sem ônus para o Município, ou com contrapartida, constituindo-se em projetos específicos na lei orçamentária.

Art.54- As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2010 ou aos projetos de leis que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº , de - Plano Plurianual 2010/2013 e com as diretrizes disposições, prioridades e metas desta Lei.

§1º- Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do parágrafo 3º, do artigo 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

- a) pessoal e encargos sociais e
- b) serviço da dívida.

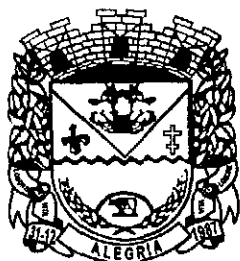
§2º- Também não serão admitidas as emendas que acarretem a alteração dos limites constitucionais previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde.

§3º- As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual deverão preservar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.

Art.55- Por meio da Secretaria Municipal da Fazenda, o Poder Executivo deverá atender as solicitações encaminhadas pela Comissão Mista Única da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art.56- Em consonância com o que dispõe o parágrafo 5.º do artigo 166 da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos da Lei Orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art.57- Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2009, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA**

avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

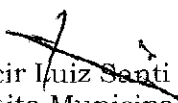
§1º- Excetuem-se do disposto no “caput” deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§2º- Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

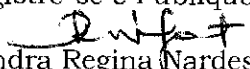
Art.58- Revogam-se as disposições em contrário.

Art.59- A presente Lei, devidamente sancionada e publicada, entra em vigor na data de 01 de janeiro de 2010.

**GABINETE DO PREFEITO
MUNICIPAL DE ALEGRIA – RS, AOS 16 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO
ANO DE 2009.**


Idalcir Luiz Santi
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se


Sandra Regina Nardes Jost
Secretária Municipal da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Metas Fiscais

Demonstrativo de Metas Anuais Consolidado

LDO 2010

LRF, art. 4º, § 1

Fonte: Contabilidade

ESPECIFICAÇÃO	2010			2011			2012		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100
Receita Total	13.080.000,00	12.516.746,41	0,00006	13.890.000,00	12.719.489,02	0,00006	13.430.000,00	11.768.663,39	0,00005
Receitas Primárias (I)	12.309.015,00	11.778.961,72	0,00006	13.209.082,14	12.095.952,14	0,00006	12.685.119,41	11.778.961,72	0,00005
Despesa Total	8.775.186,89	8.397.308,03	0,00004	9.815.691,38	8.988.522,59	0,00004	10.917.814,89	9.567.244,11	0,00004
Despesas Primárias (II)	8.565.719,12	8.196.860,40	0,00004	9.596.797,56	8.788.074,96	0,00004	10.689.070,85	9.366.796,49	0,00004
Resultado Primário (I - II)	3.743.295,88	3.582.101,32	0,00002	3.612.284,58	3.307.877,18	0,00002	1.996.048,56	1.749.130,57	0,00001
Resultado Nominal	-490.806,51	-469.671,30	0,00000	-172.004,03	-157.509,24	0,00000	-166.224,32	-145.661,81	0,00000
Dívida Pública Consolidada	434.227,86	415.529,05	0,00000	215.334,04	197.187,83	0,00000	-13.410,00	-11.751,14	0,00000
Dívida Consolidada Líquida	574.897,23	550.140,89	0,00000	402.893,20	368.941,37	0,00000	236.668,88	207.392,14	0,00000

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;

2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido;

3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias;

4 - o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;

5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

7 - as deduções (ativo disponível e haveres financeiros, líquidos dos restos a pagar processados), para efeito de apuração do resultado nominal e da dívida consolidada líquida, para os

Idalcir Luiz Senti
Prefeito Municipal

João Benedito Bohm
Secretário Municipal

Márcia Blumencourt Krügel
T. C. ORÇ/PS 52.856/0-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Metas Fiscais

Metas Anuais Prefeitura

LDO 2010

LRF, art. 4º, § 1

ESPECIFICAÇÃO	2010			2011			2012		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100
Receita Total PREF	11.900.000,00	11.387.559,81	0,00006	12.560.000,00	11.501.568,19	0,00005	12.000.000,00	10.515.559,25	0,00005
Receitas Primárias PREF(I)	11.611.015,00	11.111.019,14	0,00005	12.409.082,14	11.363.368,18	0,00005	11.836.119,41	10.371.951,24	0,00005
Despesa Total PREF	7.595.186,89	7.268.121,43	0,00004	8.485.691,38	7.770.601,75	0,00004	9.487.814,89	8.314.139,97	0,00004
Desp. Primárias PREF (II)	7.385.719,12	7.067.673,80	0,00003	8.266.797,56	7.570.154,13	0,00004	9.259.070,85	8.113.692,34	0,00004
Resul. Primário PREF(I - II)	4.225.285,88	4.043.345,34	0,00002	4.142.284,58	3.793.214,05	0,00002	2.577.048,56	2.258.258,90	0,00001

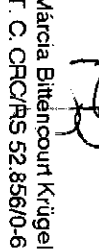
Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valor acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Exce tuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.


Idalcir Luiz Sauti
Prefeito Municipal


Joel Bernardo Bohn
Secretário Municipal


Márcia Bittencourt Krügel
T. C. CRC/RS 52.856/0-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo I - Metas Fiscais
Metas Anuais RPPS
LDO 2010

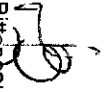
LRF, art. 4º, § 1

ESPECIFICAÇÃO	2010			2011			2012		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100
Receita Total RPPS	1.180.000,00	1.129.186,60	0,00001	1.330.000,00	1.217.920,84	0,00001	1.430.000,00	1.253.104,14	0,00001
Receitas Primárias RPPS(I)	698.000,00	667.942,58	0,00000	800.000,00	732.583,96	0,00000	849.000,00	743.975,82	0,00000
Despesa Total RPPS	1.180.000,00	1.129.186,60	0,00001	1.330.000,00	1.217.920,84	0,00001	1.430.000,00	1.253.104,14	0,00001
Desp. Primárias RPPS (II)	1.180.000,00	1.129.186,60	0,00001	1.330.000,00	1.217.920,84	0,00001	1.430.000,00	1.253.104,14	0,00001
Resul. Primário RPPS(I - II)	-482.000,00	-461.244,02	0,00000	-530.000,00	-485.336,88	0,00000	-581.000,00	-509.128,32	0,00000

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento a avaliação do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).


Idalcir Luiz Sant
Prefeito Municipal


João Bernardino Bohn
Secretário Municipal



Márcia Bittenpount Krügel
T. C. CRC/R\$ 52.856/0-6

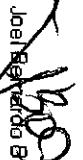
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo I - Metas Fiscais
Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
LDO 2010


LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso II

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2.007	2.008	%	2.009	%	2.010	%	2.011	%	2.012	%	
Receita Total	6.832.200,00	7.276.000,00	-6,10	9.770.000,00	34,28	11.900.000,00	21,80	12.560.000,00	5,55	12.000.000,00	-4,46	
Receitas Primárias (I)	6.565.100,00	7.009.500,00	-6,34	9.326.500,00	33,06	12.309.015,00	31,98	13.209.082,14	7,31	12.685.119,41	-3,97	
Despesa Total	6.832.200,00	7.276.000,00	-6,10	9.770.000,00	34,28	11.900.000,00	21,80	12.560.000,00	5,55	12.000.000,00	-4,46	
Despesas Primárias (II)	6.747.200,00	6.906.000,00	-2,30	9.600.000,00	39,01	8.565.719,12	-10,77	9.596.797,56	12,04	10.689.070,85	11,38	
Resultado Primário (I - II)	-182.100,00	103.500,00	-275,94	-273.500,00	-364,25	3.743.285,88	-1468,66	3.612.284,58	-3,50	1.996.048,56	-44,74	
Resultado Nominal	0,00	0,00	-100,00	337.588,01	-100,00	-490.806,51	-245,39	-172.004,03	-64,95	-166.224,32	-3,36	
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	-100,00	643.695,63	-100,00	434.227,86	-32,54	215.334,04	-50,41	-13.410,00	-106,23	
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	-100,00	1.065.703,74	-100,00	574.897,23	-46,05	402.893,20	-29,92	236.668,88	-41,26	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2.007	2.008	%	2.009	%	2.010	%	2.011	%	2.012	%	
Receita Total	7.460.933,21	7.603.420,00	0,00	9.770.000,00	0,00	11.387.559,81	0,00	11.501.568,19	0,00	10.515.559,25	0,00	
Receitas Primárias (I)	7.169.253,33	7.324.927,50	0,00	9.326.500,00	0,00	11.778.961,72	0,00	12.095.952,14	0,00	11.115.927,06	0,00	
Despesa Total	7.460.933,21	7.603.420,00	0,00	9.770.000,00	0,00	11.387.559,81	0,00	11.501.568,19	0,00	10.515.559,25	0,00	
Despesas Primárias (II)	7.368.111,08	7.216.770,00	0,00	9.600.000,00	0,00	8.196.860,40	0,00	8.788.074,96	0,00	9.366.796,49	0,00	
Resultado Primário (I - II)	-198.857,75	108.157,50	0,00	-273.500,00	0,00	3.582.101,32	-0,01	3.307.877,18	0,00	1.749.130,57	0,00	
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	337.588,01	0,00	-469.671,30	0,00	-157.509,24	0,00	-145.661,81	0,00	
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	643.695,63	0,00	415.529,05	0,00	197.187,83	0,00	-11.751,14	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	1.065.703,74	0,00	550.140,89	0,00	368.941,37	0,00	207.392,14	0,00	


Ideiaiz Luiz Sarik
Prefeito Municipal


Joel Benedito Bohm
Secretário Municipal


Márcia Bittencourt Kügel
T. C. CRC/RS 52.856/0-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

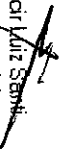
Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Metas Fiscais


Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

LDO 2010

Obs: 1 - Os valores relativos as previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2005, 2006 e 2007 foram extraídos das respectivas Leis de Orçamento
2 - Os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, de 2005, 2006 e 2007 foram extraídos dos respectivos anexos de metas fiscais


Idalcir Luiz Sarti
Prefeito Municipal


Joel Raimundo Bohn
Secretário Municipal


Márcia Bittencourt Krügel
T. C. OCP/PS 52.856/0-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo das Metas Fiscais

Evolução do Patrimônio Líquido

LDO 2010

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

PREFEITURA MUNICIPAL

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2007	%	2006	%
Patrimônio/Capital	2.965.316,32	76,25	2.251.953,19	75,94	2.446.646,86	108,65
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	923.636,88	23,75	713.363,13	24,06	-194.693,67	-8,65
TOTAL	3.888.953,20	100,00	2.965.316,32	100,00	2.251.953,19	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2007	%	2006	%
Patrimônio/Capital	-528.331,54	-360,82	-1.170.779,37	221,60	-1.730.007,29	147,77
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	674.757,29	460,82	642.447,83	-121,60	559.227,92	-47,77
TOTAL	146.425,75	100,00	-528.331,54	100,00	-1.170.779,37	100,00

CONSOLIDADO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2007	%	2006	%
Patrimônio/Capital	2.436.984,78	60,39	1.081.173,82	44,37	716.639,57	66,28
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	1.598.394,17	39,61	1.355.810,96	55,63	364.534,25	33,72
TOTAL	4.035.378,95	100,00	2.436.984,78	100,00	1.081.173,82	100,00


Idalcir Luiz Santi
Prefeito Municipal


Joel Bernardo Bohn
Secretário Municipal


Márcia Bittencourt Krügel
T. C. CRC/RS 52.856/0-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos Com Alienação de Ativos

LDO 2010

LRF, Art. 4º, § 2º, inciso III

RECEITAS REALIZADAS	2,008	2,007	2006
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	9.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos Aplic. Financeiras de Alienação Bens	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	9.000,00
DESPESAS LIQUIDADAS	2,008	2,007	2006
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital	0,00	0,00	9.000,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	9.000,00
Despesas Correntes dos Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	9.000,00
SALDO FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00


Idalcir Luiz Santi
Prefeito Municipal


Joel Bernardo Bohn
Secretário Municipal


Márcia Bittencourt Krügel
T. C. CRC/RS 52.856/0-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
LDO 2010

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art.4º § 2º, Inciso IV, alínea A)

RECEITAS	2,006	2,007	2,008
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	521.993,91	595.161,05	620.575,75
RECEITAS CORRENTES	521.993,91	595.161,05	620.575,75
Receita de Contribuições dos Segurados	128.898,12	173.739,13	146.719,68
Pessoal Civil	128.898,12	173.739,13	146.719,68
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	84.576,45	107.970,46	36.530,27
Receita Patrimonial	308.519,34	312.981,04	437.325,80
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	470,42	0,00
Compensação Previdenciárias do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	470,42	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	212.439,72	436.261,92
RECEITAS CORRENTES	0,00	212.439,72	436.261,92
Receitas de Contribuições	0,00	212.439,72	436.261,92
Patronal	0,00	145.591,91	214.709,53
Pessoal Civil	0,00	145.591,91	214.709,53
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	83.508,95
Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	66.847,81	138.043,44
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	521.993,91	807.600,77	1.056.837,67
DESPESAS	2,006	2,007	2,008
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	87.826,43	119.739,45	200.632,49
ADMINISTRAÇÃO	87.826,43	119.739,45	66.653,19
Despesas Correntes	87.826,43	119.739,45	66.653,19
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	133.979,30
Pessoal Civil	0,00	0,00	133.979,30
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. Aposentadorias RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	87.826,43	119.739,45	200.632,49
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (II - VI)	434.167,48	687.861,32	856.205,18
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

Idalcir Luiz Santi

Joel Bernardo Bohn

Márcia Bittencourt Krügel

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias


Anexo de Metas Fiscais

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado


LDO 2010

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

EVENTO	VALOR PREVISTO 2010
Aumento Permanente da Receita	772.773,32
Decorrentes de Receitas Tributárias	77.038,00
Decorrente de Transferências Correntes	695.735,32
(-) Transferências ao FUNDEF	43.261,42
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita	729.511,90
Redução Permanente de Despesa (I)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	729.511,90
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	224.773,61
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	162.521,22
Relativas a Outras Despesas Correntes	62.252,39
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	504.738,29


Idalcir Luiz Santi
Prefeito Municipal


Joel Bernardo Bohn
Secretário Municipal


Márcia Bittencourt Krügel
T. C. CRC/RS 52.856/0-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO II - RISCOS FISCAIS
 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 LDO 2010

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

Ano	RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
	Descrição do Risco	Valor	Descrição da Providência	Valor
2010	Arlindo Moura de Almeida	60.000,00	Previsão Orçamentaria	60.000,00
2010	Elias de Avila Lemes	10.000,00	Reserva de Contingência	10.000,00
2010	Andréia Pretto Schossler da Silva	5.000,00	Reserva de Contingência	5.000,00
2010	Ivo Guilherme Graupe	6.000,00	Previsão Orçamentária	6.000,00
2010	Patrícia Pires Gingri	15.000,00	Reserva de Contingência	15.000,00
2010	Honorários de Sucumbência eventuais	50.000,00	Reserva de Contingência	50.000,00

Idalcir Luiz Sarfi
 Prefeito Municipal

Joel Bernardo Bohn
 Secretário Municipal

Márcia Bittencourt Krügel
 T. C. CRC/RS 52.856/0-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Programa: 0001 Modernização dos serviços públicos

Objetivo: Garantir o funcionamento das Atividades do Poder Legislativo

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
001	1 - Projeto	Construção do prédio para Casa Legislativa	Prédio adquirido		1,00	50.000,00
001	2 - Atividade	Manutenção do Poder Legislativo Municipal	Atividade mantida		1,00	359.700,00
Total do Programa						409.700,00

Programa: 0002 Apoio Administrativo

Objetivo: Garantir o funcionamento das atividades de apoio administrativo a todas as órgãos da Administração Municipal, qualificando e otimizando gastos públicos e as tarefas executadas pela estrutura de apoio administrativo municipal

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
002	1 - Projeto	Equipamentos para Secretaria de Coordenação e Planejamento	Equipamento adquirido		5,00	4.000,00
003	1 - Projeto	Construção do Centro Administrativo	Centro Administrativo Construido		1,00	80.000,00
004	1 - Projeto	Capacitação Servidores	Servidores Capacitados		217,00	2.000,00
005	1 - Projeto	Equipamentos para Secretaria da Administração	Equipamento adquirido		2,00	3.500,00
007	1 - Projeto	Equipamentos para o Gabinete do Prefeito	Equipamento adquirido		1,00	8.000,00
009	1 - Projeto	Equipamentos para Secretaria da Fazenda	Equipamentos adquiridos		6,00	3.500,00
010	1 - Projeto	Construção de prédio para Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	Prédio construido		1,00	50.000,00
011	1 - Projeto	Incentivo e parcerias para reflorestamento e fruticultura	Reflorestamento e fruticultura realizados		2,00	10.000,00
002	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria de Coordenação e Planejamento	Atividade mantida		1,00	50.000,00
003	2 - Atividade	Manutenção do Gabinete do Prefeito	Atividade mantida		1,00	353.380,00
004	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria da Administração	Atividade mantida		1,00	129.600,00
005	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria Geral de Governo	Atividade mantida		1,00	43.200,00
006	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria da Fazenda	Atividade mantida		1,00	287.280,00
007	2 - Atividade	Manutenção do Serviço de Publicidade	Atividade mantida		1,00	21.600,00
009	2 - Atividade	Manutenção do Regime Próprio de Previdência Social	Atividade mantida		1,00	1.270.500,00
010	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria da Saúde	Atividade mantida		1,00	1.256.000,00
011	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria de Educação e Cultura	Atividade mantida		1,00	1.396.440,00
012	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria de Obras, Viação e Trânsito	Atividade mantida		1,00	619.920,00
013	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	Atividade mantida		1,00	174.960,00
014	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria do Turismo, Indústria, Comércio e Serviços	Atividade mantida		1,00	44.000,00
Total do Programa						5.807.880,00

Programa: 0003 Valorização do Comércio Local e Produção Primária

Objetivo: Aumento da arrecadação do ICMS

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
012	1 - Projeto	Prêmios p/ o Programa de Valorização do Comércio Local, Produção Primária	Prêmios adquiridos		6,00	6.000,00
Total do Programa						6.000,00

Programa: 0004 Conservação e Manutenção de Estradas Vicinais

Objetivo: Manter e conservar as estradas administradas pelo Município, garantindo níveis satisfatórios de qualidade e de segurança de tráfego. Reduzir os custos de manutenção e restauração das estradas

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
013	1 - Projeto	Recuperação de bueiros e pontilhões	Bueiros e pontilhões recuperados		12,00	115.000,00
015	1 - Projeto	Sinalização viárias municipais	Sinalização mantidas		80,00	20.000,00
015	2 - Atividade	Conservação e manutenção de estradas vicinais	Estradas mantidas		350,00	525.000,00

Idalcir Luiz Santi
Prefeito Municipal

Joel Ricardo Bohn
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Total do Programa ----->

660.000,00

Programa: 0005 Modernização da Infra-Estrutura Urbana

Objetivo: Ampliar e qualificar a infra-estrutura urbana

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
016	1 - Projeto	Construção de rampas de acessibilidade nas ruas da cidade	Rampas construídas		50,00	2.500,00
017	1 - Projeto	Padronização de passeios públicos	Passeios públicos padronizados		80,00	24.000,00
018	1 - Projeto	Drenagem pluvial em ruas da cidade	Drenagem executada		300,00	20.000,00
019	1 - Projeto	Execução de pavimentação poliédrica	Pavimentação poliédrica executada		7.800,00	165.000,00
020	1 - Projeto	Ampliação e Melhoria na Iluminação Pública	Iluminação Pública melhorada e ampliada		20,00	60.000,00
021	1 - Projeto	Melhorias na Sinalização viária	Sinalização Melhorada		540,00	11.800,00
022	1 - Projeto	Aquisição de equipamento p/coleta seletiva	Equipamentos Adquiridos		30,00	6.000,00
023	1 - Projeto	Pavimentação c/ lajotas e iluminação na Praça Central Arnoldo Guilherme Jost	Praça Iluminada e pavimentada		1,00	50.000,00
024	1 - Projeto	Construção do Prédio p/ instalação da Secretaria Municipal de Obras Viação e Trânsito	Prédio Construído		1,00	100.000,00
025	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos e móveis	Equipamentos e móveis adquiridos		70,00	15.000,00
026	1 - Projeto	Execução de Pavimentação asfáltica	Pavimentação Executada		16.250,00	500.000,00
Total do Programa ----->						954.300,00

Programa: 0006 Melhor estrutura em saneamento

Objetivo: Ampliar e melhorar os sistemas de abastecimentos de água

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
027	1 - Projeto	Recuperação de Sistemas de Abastecimento de Água Potável	Sistema Recuperado		3,00	110.000,00
028	1 - Projeto	Construção de sistemas de Abastecimento de Água Potável	Sistemas Construídos		5,00	222.165,00
029	1 - Projeto	Ampliação do controle da qualidade de Água dos sistemas de Abastecimento	Sistema com Potabilidade		4,00	10.000,00
Total do Programa ----->						342.165,00

Programa: 0007 Qualificando o Ensino

Objetivo: Oportunizar melhor qualidade de ensino assegurando o acesso e a permanência na Escola

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
030	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos, móveis e utensílios	Equipamentos, móveis e utensílios adquiridos		100,00	20.000,00
032	1 - Projeto	Aquisição de acervos didáticos, materiais pedagógicos e esportivos	Acervos e materiais adquiridos		50,00	10.000,00
033	1 - Projeto	Aquisição de uniformes	Uniformes adquiridos		350,00	15.000,00
034	1 - Projeto	Qualificação dos Profissionais de Ensino	Profissionais Qualificados		25,00	2.000,00
035	1 - Projeto	Construção de 01 Escola de 0 a 5 anos - Educação Infantil	Escola Construída		1,00	1.000.000,00
Total do Programa ----->						1.047.000,00

Programa: 0008 Resgatando a Cultura

Objetivo: Incrementar ações de fomento à cultura

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
037	1 - Projeto	Atualização e ampliação do acervo bibliográfico	Acervo atualizado e ampliado		100,00	5.000,00
038	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos e móveis	Equipamentos e móveis adquiridos		25,00	8.000,00
039	1 - Projeto	Aquisição de vestuário e indumentárias p/ grupos Étnicos	Vestuários e indumentárias adquiridos		100,00	4.000,00
040	1 - Projeto	Aquisição de vestuário para os grupos de teatro e dança	Vestuário adquiridos		100,00	4.000,00

Idalcir Luiz Santi
Prefeito Municipal

Joel Bernardo Bohn
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Total do Programa -----> 21.000,00

Programa: 0009 Esporte e Lazer para todos

Objetivo: Ampliar as práticas de esportes e opções de lazer à população

Cód.	Tipo	Ação	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
041	1 - Projeto	Campeonatos Desportivos	Campeonatos realizados		6,00	10.000,00
042	1 - Projeto	Aquisição de uniformes e materiais esportivos	Uniformes e materiais adquiridos		100,00	10.000,00
043	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos de ginástica - academia ao ar livre	Equipamentos adquiridos		20,00	22.000,00
Total do Programa ----->						42.000,00

Programa: 0010 Atenção Básica

Objetivo: Manter e ampliar o atendimento aos Usuários do SUS - Sistema Único de Saúde

Cód.	Tipo	Ação	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
046	1 - Projeto	Melhorias dos Prédios das Unidades Básicas de Saúde	Prédios Melhorados		1,00	25.000,00
048	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos laboratoriais	Equipamentos adquiridos		2,00	15.000,00
049	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos, móveis e utensílios	Equipamento adquiridos		6,00	4.000,00
051	1 - Projeto	Curso de capacitação Servidores	Servidores qualificados		1,00	1.000,00
016	2 - Atividade	Reimplantação de uma Equipe de Saúde da Família - ESF	Equipe reimplantada		1,00	186.000,00
Total do Programa ----->						231.000,00

Programa: 0011 Serviços Municipais de Saúde

Objetivo: Garantir o acesso ao serviço municipal de saúde

Cód.	Tipo	Ação	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
052	1 - Projeto	Reforma do Hospital Municipal	Hospital reformado e reestrutura		1,00	10.000,00
053	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos, móveis e utensílios	Equipamentos, móveis e utensílios adquiridos		6,00	40.000,00
054	1 - Projeto	Aquisição de veículo	Veículo adquirido		1,00	130.000,00
055	1 - Projeto	Capacitação dos Servidores	Servidores Capacitados		1,00	1.000,00
017	2 - Atividade	Mantimento do Hospital Municipal	Hospital mantido		1,00	563.633,60
Total do Programa ----->						744.633,60

Programa: 0012 Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas

Objetivo: Melhorar a qualidade de vida e saúde das famílias atingidas

Cód.	Tipo	Ação	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
056	1 - Projeto	Trabalhos Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas	Habitações melhoradas		45,00	162.400,00
Total do Programa ----->						162.400,00

Programa: 0013 Promoção Social e Cidadania de Inclusão Social

Objetivo: Oportunizar ações geradoras de Inclusão Social

Cód.	Tipo	Ação	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
057	1 - Projeto	Aquisição de veículo	Veículo adquirido		1,00	22.000,00
058	1 - Projeto	Construção do Centro de Convivência	Centro Construído		1,00	60.000,00
059	1 - Projeto	Implantação do Centro de Referência Assistência Social	CRAS		1,00	41.000,00
060	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos, móveis e utensílios	Equipamentos, móveis e utensílios adquiridos		20,00	8.000,00
061	1 - Projeto	Trabalhos Habitacionais	Melhorias efetuadas		10,00	30.000,00
072	1 - Projeto	Implantação do Núcleo Habitacional	Núcleo Habitacional Estruturado		1,00	10.000,00

Idelir Luiz Sampaio
Prefeito Municipal

Joel Bernardo Bohn
Secretário Municipal

FEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

018	2 - Atividade	M	Manutenção e desenvolvimento dos Programas, PAIF, Programa Agente Comunitário, SAC, OASF, Bolsa Família e Projetos RS Amigo do Idoso	Programas e Projetos mantidos	4,00	113.161,40
019	2 - Atividade	M	Manutenção dos Serviços (Benefícios) eventuais	Serviços mantidos	127,00	6.000,00
Total Programa						290.161,40

Programa: 0014 Incentivo ao Produtor Rural

Objetivo: Melhorar a produtividade produtiva e a qualidade de vida dos produtores rurais

Cód.	Tipo	Atividade	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
062	1 - Projeto	ação da Patrulha Agrícola	Equipamentos adquiridos		2,00	70.000,00
063	1 - Projeto	ação de Sementes	Sementes distribuídas		14,00	45.000,00
064	1 - Projeto	ação dos juros de microcréditos	Juros subsidiados		2,00	20.000,00
065	1 - Projeto	ação artificial	Inseminação efetuada		1.000,00	8.000,00
066	1 - Projeto	ação de Agroindústrias	Agroindústrias instaladas		1,00	6.000,00
067	1 - Projeto	ação de capacitação na gestão da propriedade rural	Cursos realizados		2,00	2.000,00
020	2 - Atividade	ação dos acessos às propriedades rurais	Atividades mantida		400,00	15.000,00
Total Programa						166.000,00

Programa: 0015 Incentivo à instalação de Indústrias

Objetivo: Incrementar a geração de empregos, renda e acréscimo da arrecadação

Cód.	Tipo	Atividade	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
068	1 - Projeto	ação industrial	Incentivos concedidos		3,00	40.000,00
Total Programa						40.000,00

Programa: 0016 Desenvolvimento do Turismo

Objetivo: Criar alternativas de turismo

Cód.	Tipo	Atividade	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
069	1 - Projeto	ação Turística	Atrativo sinalizado		10,00	8.000,00
070	1 - Projeto	ação de empreendimentos Turísticos	Empreendimentos beneficiados		1,00	5.000,00
Total Programa						13.000,00

Programa: 0010 Operações Especiais

Objetivo: Estabilizar o pagamento de amortização de dívidas e encargos municipais

Cód.	Tipo	Atividade	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
081	0 - Operação Especial	ação de PASEP	Pasep recolhido		1,00	72.360,00
082	0 - Operação Especial	ação de Sentenças Judiciais	Sentenças Judiciais pagas		1,00	136.080,00
083	0 - Operação Especial	ação de Passivo Atuarial	Passivo atuarial pago		1,00	345.600,00
084	0 - Operação Especial	ação de Saldo Devolvidos	Saldo devolvidos		0,00	10.000,00
085	0 - Operação Especial	ação de Reserva de Contingência	Reserva de Contingência		1,00	398.720,00
Total Programa						962.760,00

Total Geral **11.900.000,00**

Idalci Luiz Santi
Prefeito Municipal

Joel Bernardo Bohn
Secretário Municipal


PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA


Lei de Diretrizes Orçamentárias

Relação de Variáveis

LDO 2010

VARIÁVEIS	2007	2008	2009	2010	2011	2012
% Inflação Média Anual (IPCA)	5,69	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50
% Variação do PIB	2,30	4,50	5,00	5,00	5,00	5,00
% Crec. Vegetativo da Folha Salarial	4,16	4,50	3,50	3,50	3,50	3,50
% Crec. Autônomo dos Outros Custeios	9,02	-4,17	-2,63	2,55	3,28	1,50
% Esforço na Arrecadação Tributária	-20,24	38,79	30,00	20,00	10,00	10,00
% Crec. Real das Receitas Transferidas	12,77	1,78	1,00	6,21	3,07	3,00
% Aumento Salarial	10,00	5,00	3,68	6,00	6,00	6,00
% Crescimento dos Investimentos	85,36	130,23	53,26	30,00	30,00	30,00
	2008	2009	2010	2011	2012	
Valor PIB Estadual	175.209.000,00	172.285.000,00	211.328.000,00	232.027.000,00	254.868.000,00	


Idalcir Luiz Santini
Prefeito Municipal


Joel Bernardo Bohn
Secretário Municipal


Márcia Bittencourt Krügel
T. C. CRC/RS 52.856/0-6

ANEXO IV

Projeção Anual

Projeção de Receitas/Despesas			ALEGRIA / RS	
Inicia por:	3.880.218,96			
Ano	Receitas Ano	Despesas Ano	Liq. Ano	Saldo
2009	541.600,80	228.466,03	313.134,77	4.193.353,73
2010	516.655,75	228.466,03	288.189,72	4.733.144,67
2011	573.581,71	250.228,03	323.353,68	5.340.487,03
2012	602.279,47	250.228,03	352.051,44	6.012.967,70
2013	602.279,47	293.752,03	308.527,44	6.682.273,20
2014	602.279,47	359.038,03	243.241,44	7.326.451,03
2015	602.279,47	402.562,03	199.717,44	7.965.755,53
2016	602.279,47	489.610,03	112.669,44	8.556.370,30
2017	602.279,47	511.372,03	90.907,44	9.160.659,96
2018	602.279,47	565.777,03	36.502,44	9.746.802,00
2019	553.789,08	598.420,03	(44.630,95)	10.286.979,17
2020	553.789,08	718.111,03	(164.321,95)	10.739.875,97
2021	553.789,08	761.635,03	(207.845,95)	11.176.422,58
2022	553.789,08	837.802,03	(284.012,95)	11.562.994,98
2023	533.920,92	913.969,03	(380.048,11)	11.876.726,57
2024	533.920,92	990.136,03	(456.215,11)	12.133.115,06
2025	533.920,92	1.055.422,03	(521.501,11)	12.339.600,85
2026	533.920,92	1.120.708,03	(586.787,11)	12.493.189,79
2027	541.276,58	1.207.756,03	(666.479,45)	12.576.301,73
2028	541.276,58	1.218.637,03	(677.360,45)	12.653.519,38
2029	541.276,58	1.185.994,03	(644.717,45)	12.768.013,09
2030	541.276,58	1.138.190,30	(596.913,72)	12.937.180,16
2031	541.276,58	1.225.238,30	(683.961,72)	13.029.449,25
2032	541.276,58	1.301.405,30	(760.128,72)	13.051.087,48
2033	541.276,58	1.290.524,30	(749.247,72)	13.084.905,01
2034	541.276,58	1.247.000,30	(705.723,72)	13.164.275,59
2035	351.789,75	1.236.119,30	(884.329,55)	13.069.802,58
2036	351.789,75	1.159.952,30	(808.162,55)	13.045.828,18
2037	351.789,75	1.203.476,30	(851.686,55)	12.976.891,33
2038	351.789,75	1.214.357,30	(862.567,55)	12.892.937,26
2039	351.789,75	1.192.595,30	(840.805,55)	12.825.707,94
2040	351.789,75	1.105.547,30	(753.757,55)	12.841.492,87
2041	351.789,75	1.083.785,30	(731.995,55)	12.879.986,89
2042	351.789,75	979.290,00	(627.500,25)	13.025.285,85
2043	351.789,75	957.528,00	(605.738,25)	13.201.064,75
2044	351.789,75	881.361,00	(529.571,25)	13.463.557,39
2045	351.789,75	816.075,00	(464.285,25)	13.807.085,58
2046	351.789,75	750.789,00	(398.999,25)	14.236.511,47
2047	351.789,75	663.741,00	(311.951,25)	14.778.750,90
2048	351.789,75	652.860,00	(301.070,25)	15.364.405,71
2049	351.789,75	631.098,00	(279.308,25)	16.006.961,80
2050	351.789,75	609.336,00	(257.546,25)	16.709.833,26
2051	351.789,75	500.526,00	(148.736,25)	17.563.687,01
2052	351.789,75	446.121,00	(94.331,25)	18.523.176,98
2053	351.789,75	413.478,00	(61.688,25)	19.572.879,34
2054	351.789,75	435.240,00	(83.450,25)	20.663.801,85
2055	351.789,75	467.883,00	(116.093,25)	21.787.536,72
2056	351.789,75	500.526,00	(148.736,25)	22.946.052,67
2057	351.789,75	522.288,00	(170.498,25)	24.152.317,58
2058	351.789,75	533.169,00	(181.379,25)	25.420.077,38

Ano	Receltas Ano	Despesas Ano	Liq. Ano	Saldo
2059	351.789,75	576.693,00	(224.903,25)	26.720.378,78
2060	351.789,75	576.693,00	(224.903,25)	28.098.698,25
2061	351.789,75	674.622,00	(322.832,25)	29.461.787,90
2062	351.789,75	718.146,00	(366.356,25)	30.863.138,92
2063	351.789,75	739.908,00	(388.118,25)	32.326.809,01
2064	351.789,75	816.075,00	(464.285,25)	33.802.132,30
2065	351.789,75	892.242,00	(540.452,25)	35.289.807,99
2066	351.789,75	957.528,00	(605.738,25)	36.801.458,22
2067	351.789,75	957.528,00	(605.738,25)	38.403.807,46
2068	351.789,75	1.044.576,00	(692.786,25)	40.015.249,66
2069	351.789,75	1.044.576,00	(692.786,25)	41.723.378,39
2070	351.789,75	1.011.933,00	(660.143,25)	43.566.637,84
2071	351.789,75	1.098.981,00	(747.191,25)	45.433.444,86
2072	351.789,75	1.186.029,00	(834.239,25)	47.325.212,30
2073	351.789,75	1.262.196,00	(910.406,25)	49.254.318,79
2074	351.789,75	1.251.315,00	(899.525,25)	51.310.052,67
2075	351.789,75	1.207.791,00	(856.001,25)	53.532.654,58
2076	351.789,75	1.196.910,00	(845.120,25)	55.899.493,60
2077	351.789,75	1.120.743,00	(768.953,25)	58.484.509,97
2078	351.789,75	1.164.267,00	(812.477,25)	61.181.103,31
2079	351.789,75	1.120.743,00	(768.953,25)	64.083.016,26
2080	351.789,75	1.098.981,00	(747.191,25)	67.180.805,99
2081	351.789,75	1.011.933,00	(660.143,25)	70.551.511,10
2082	351.789,75	990.171,00	(638.381,25)	74.146.220,51
2083	351.789,75	914.004,00	(562.214,25)	78.032.779,49
2084	351.789,75	892.242,00	(540.452,25)	82.174.294,01

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Metas Fiscais

Metas Anuais Prefeitura

LDO 2010

LRF, art. 4º, § 1


ESPECIFICAÇÃO	2010			2011			2012		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100
Receita Total PREF	11.900.000,00	11.387.559,81	0,00006	12.560.000,00	11.501.568,19	0,00005	12.000.000,00	10.515.559,25	0,00005
Receitas Primárias PREF (I)	11.611.015,00	11.111.019,14	0,00005	12.409.082,14	11.363.368,18	0,00005	11.836.119,41	10.371.951,24	0,00005
Despesa Total PREF	7.595.186,89	7.268.121,43	0,00004	8.485.691,38	7.770.601,75	0,00004	9.487.814,89	8.314.139,97	0,00004
Desp. Primárias PREF (II)	7.385.719,12	7.067.673,80	0,00003	8.266.797,56	7.570.154,13	0,00004	9.259.070,85	8.113.692,34	0,00004
Resul. Primário PREF (I - II)	4.225.295,88	4.043.345,34	0,00002	4.142.284,58	3.793.214,05	0,00002	2.577.048,56	2.258.258,90	0,00001

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valor acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).
A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.


Idalcir Luiz Santin
Prefeito Municipal


Joel Bernardino Bohn
Secretário Municipal


Márcia Bittencourt Krügel
T. C. CRC/RS, 52.856/0-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Metas Fiscais

Metas Anuais Prefeitura

LDO 2010

LRF, art. 4º, § 1

ESPECIFICAÇÃO	2010			2011			2012		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100
Receita Total PREF	11.900.000,00	11.387.559,81	0,00006	12.560.400,00	11.501.588,19	0,00005	12.000.000,00	10.515.559,25	0,00005
Receitas Primárias PREF (I)	11.611.015,00	11.111.019,14	0,00005	12.409.482,14	11.363.368,18	0,00005	11.836.119,41	10.371.951,24	0,00005
Despesa Total PREF	7.595.186,89	7.268.121,43	0,00004	8.485.191,38	7.770.801,75	0,00004	9.487.814,89	8.314.139,97	0,00004
Desp. Primárias PREF (II)	7.385.719,12	7.067.673,80	0,00003	8.266.197,56	7.570.154,13	0,00004	9.259.070,85	8.113.692,34	0,00004
Resul. Primário PREF (I - II)	4.225.295,88	4.043.345,34	0,00002	4.142.384,58	3.793.214,05	0,00002	2.577.048,56	2.258.258,90	0,00001

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuações as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

Idalor Luiz Sami
Prefeito Municipal

Joel Benício Bohn
Secretário Municipal

Márcia Bitencourt Krügel
T. C. CRC/RS 52.859/0-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Metas Fiscais

Metas Anuais RPPS

LDO 2010

LRF, art. 4º, § 1

ESPECIFICAÇÃO	2010				2011				2012			
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100	Valor Corrente (D)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100
Receita Total RPPS	1.180.000,00	1.129.186,60	0,00001	1.330.000,00	1.217.920,84	0,00001	1.430.000,00	1.253.104,14	0,00001			
Receitas Primárias RPPS(I)	698.000,00	687.942,58	0,00000	800.000,00	732.583,96	0,00000	849.000,00	743.975,82	0,00000			
Despesa Total RPPS	1.180.000,00	1.129.186,60	0,00001	1.330.000,00	1.217.920,84	0,00001	1.430.000,00	1.253.104,14	0,00001			
Desp. Primárias RPPS (II)	1.180.000,00	1.129.186,60	0,00001	1.330.000,00	1.217.920,84	0,00001	1.430.000,00	1.253.104,14	0,00001			
Resul. Primário RPPS(I - II)	-482.000,00	-461.244,02	0,00000	-530.000,00	-485.336,88	0,00000	-581.000,00	-509.128,32	0,00000			

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meia de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento a avaliação do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Idalor Luz Brasil
Prefeito Municipal

Joel N. Bernardo Bohn
Secretário Municipal

Márcia Brito Court Krügel
T. C. CRC/RN 52.855/0-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Metas Fiscais

Demonstrativo de Metas Anuais Consolidado

LDO 2010

LRF, art. 4º, § 1

Fonte: Contabilidade

ESPECIFICAÇÃO	2010			2011			2012		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100	Valor Corrente (B)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100	Valor Corrente (C)	Valor Constante	% PIB (A/PIB) X 100
Receita Total	13.080.000,00	12.516.746,41	0,00003	13.890.000,00	12.719.489,02	0,00006	13.430.000,00	11.769.663,39	0,00005
Receitas Primárias (I)	12.309.015,00	11.778.961,72	0,00005	13.205.082,14	12.095.952,14	0,00006	12.685.119,41	11.778.961,72	0,00005
Despesa Total	8.775.186,89	8.397.308,03	0,00004	9.815.691,38	8.988.522,59	0,00004	10.917.814,89	9.567.244,11	0,00004
Despesas Primárias (II)	8.585.719,12	8.196.860,40	0,00004	9.596.797,56	8.798.074,96	0,00004	10.689.070,95	9.366.796,49	0,00004
Resultado Primário (I - II)	3.743.295,88	3.582.101,32	0,00002	3.612.284,58	3.307.877,18	0,00002	1.986.048,56	1.749.130,57	0,00001
Resultado Nominal	-490.806,51	-469.671,30	0,00003	-172.004,03	-157.509,24	0,00000	-166.224,32	-145.661,81	0,00000
Dívida Pública Consolidada	434.227,86	415.529,05	0,00000	215.334,04	187.187,83	0,00000	-13.410,00	-11.751,14	0,00000
Dívida Consolidada Líquida	574.897,23	550.140,89	0,00000	402.893,20	368.941,37	0,00000	236.668,88	207.392,14	0,00000

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;

2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido;

3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias;

4 - o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;

5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes da emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham sido incluídas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;

6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados;

7 - as deduções (ativo disponível e haveres financeiros, líquidos dos restos a pagar processados), para efeito de aburação do resultado nominal e da dívida consolidada líquida, para os exercícios de 2008, 2009 e 2010 foram calculados utilizando-se os percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

Idalir Zur Strödel
Prefeito Municipal

Jose Amador Bonn
Secretário Municipal

Mérida Bignonourt Krugel
T. C. ORÇAM 52 8560-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Metas Fiscais

Demonstrativo de Metas Anuais Consolidado


LDO 2010

3. Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas fiscais em valores correntes, chega-se a meta de resultado primário que foi inicialmente prevista em R\$ _____ a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas.

4. Em relação ao estoque da dívida, este corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na Tabela 02.


Idalcir Luiz Santi
Prefeito Municipal


Joel Bernardino Bohn
Secretário Municipal


Márcia Bitencourt Krügel
T. C. CRC/RS 52.856/0-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Metas Fiscais

Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

LDO 2010

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso II

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES									
	2.007	2.008	%	2.009	%	2.010	%	2.011	%	2.012
Receita Total	6.832.200,00	7.275.000,00	-6,10	9.770.000,00	34,26	11.900.000,00	21,80	12.560.000,00	5,55	12.000.000,00
Receitas Primárias (I)	6.565.100,00	7.005.500,00	-6,34	9.325.500,00	33,46	12.305.015,00	31,98	13.205.082,14	7,31	12.685.115,41
Despesa Total	6.832.200,00	7.275.000,00	-6,10	9.770.000,00	34,26	11.900.000,00	21,80	12.560.000,00	5,55	12.000.000,00
Despesas Primárias (II)	6.747.200,00	6.905.000,00	-2,30	9.600.000,00	35,01	8.565.715,12	-10,77	9.596.797,56	12,04	10.689.070,85
Resultado Primário (I - II)	-182.100,00	105.500,00	-275,94	-273.500,00	-364,25	3.742.295,88	-1468,66	3.612.284,58	-3,50	1.996.048,56
Resultado Nominal	0,00	0,00	-100,00	337.580,01	-100,00	-490.806,51	-245,39	-172.004,03	-64,95	-166.224,32
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	-100,00	643.595,53	-100,00	434.237,86	-32,54	215.334,04	-60,41	-13.410,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	-100,00	1.085.703,74	-100,00	574.897,23	-46,05	402.993,20	-29,92	236.668,68
										-41,26

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES									
	2.007	2.008	%	2.009	%	2.010	%	2.011	%	2.012
Receita Total	7.460.933,21	7.603.420,00	0,00	9.770.000,00	0,00	11.387.559,81	0,00	11.501.568,19	0,00	10.515.559,25
Receitas Primárias (I)	7.169.253,33	7.324.927,50	0,00	9.325.000,00	0,00	11.778.961,72	0,00	12.035.952,14	0,00	11.115.927,06
Despesa Total	7.460.933,21	7.603.420,00	0,00	9.770.000,00	0,00	11.387.559,81	0,00	11.501.568,19	0,00	10.515.559,25
Despesas Primárias (II)	7.358.111,08	7.216.770,00	0,00	9.600.000,00	0,00	8.166.850,40	0,00	8.768.074,96	0,00	9.356.756,49
Resultado Primário (I - II)	-188.857,75	108.157,50	0,00	-273.500,00	0,00	3.562.101,32	-0,01	3.307.877,18	0,00	1.749.130,57
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	337.580,01	0,00	-469.671,30	0,00	-157.509,24	0,00	-145.661,81
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	643.595,53	0,00	415.529,05	0,00	197.187,83	0,00	-11.751,14
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	1.068.703,74	0,00	550.140,69	0,00	389.941,37	0,00	207.302,14

Idalcy Luiz Silva
Prefeito Municipal

Joel Roberto Bello
Secretário Municipal

Marcia Bitencourt Krugel
T. C. CRC/RS nº 55606

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Metas Fiscais

Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
LDO 2010

Obs: 1 - Os valores relativos as previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2005, 2006 e 2007 foram extraídos das respectivas Leis de Orçamento
fiscals
2 - Os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, de 2005, 2006 e 2007 foram extraídos dos respectivos anexos de metas


Idalcy Luz-Santi
Prefeito Municipal


João Benedito Bohn
Secretário Municipal


Marcia Bitencourt Krügel
T. C. ORÇ/RS 52.8560-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo das Metas Fiscais

Evolução do Patrimônio Líquido

LDO 2010

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

PREFEITURA MUNICIPAL

R\$ 1,00


PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2007	%	2006	%
Patrimônio/Capital	2.965.316,32	76,25	2.251.953,19	75,94	2.446.646,86	108,65
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	923.636,88	23,75	713.363,13	24,06	-194.693,67	-8,65
TOTAL	3.888.953,20	100,00	2.965.316,32	100,00	2.251.953,19	100,00


REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2007	%	2006	%
Patrimônio/Capital	-528.331,54	-360,82	-1.170.779,37	221,60	-1.730.007,29	147,77
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	674.757,29	460,82	642.447,83	-121,60	559.227,92	-47,77
TOTAL	146.425,75	100,00	-528.331,54	100,00	-1.170.779,37	100,00

CONSOLIDADO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2008	%	2007	%	2006	%
Patrimônio/Capital	2.436.984,78	60,39	1.081.173,82	44,37	716.639,57	66,28
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	1.598.394,17	39,61	1.355.810,96	55,63	364.534,25	33,72
TOTAL	4.035.378,95	100,00	2.436.984,78	100,00	1.081.173,82	100,00


Idalcir Luiz Sami
Prefeito Municipal


Joel Benedito Bohn
Secretário Municipal


Márcia Bitencourt Krügel
T. C. CRC/RS 52.856/0-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos Com Alienação de Ativos

LDO 2010

LRF, Art. 4º, § 2º, Inciso III

RECEITAS REALIZADAS	2,008	2,007	2006
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	9.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos Aplic. Financeiras de Alienação Bens	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	9.000,00
DESPESAS LIQUIDADAS	2,008	2,007	2006
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital	0,00	0,00	9.000,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	9.000,00
Despesas Correntes dos Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	9.000,00
SALDO FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00

Idalcir Luiz Santti
Prefeito Municipal

Joel Bernardo Bohn
Secretário Municipal

Márcia Britencourt Krügel
T. C. CRC/RS 52.856/0-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS
LDO 2010

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art.4º § 2º, Inciso IV, alínea A)

RECEITAS	2,006	2,007	2,008
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	521.993,91	595.161,05	620.575,75
RECEITAS CORRENTES	521.993,91	595.161,05	620.575,75
Receita de Contribuições dos Segurados	128.898,12	173.739,13	146.719,68
Pessoal Civil	128.898,12	173.739,13	146.719,68
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	84.576,45	107.970,46	36.530,27
Receita Patrimonial	308.519,34	312.981,04	437.325,80
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	470,42	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	470,42	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	212.439,72	436.261,92
RECEITAS CORRENTES	0,00	212.439,72	436.261,92
Receita de Contribuições	0,00	212.439,72	436.261,92
Patronal	0,00	145.591,91	214.709,53
Pessoal Civil	0,00	145.591,91	214.709,53
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	83.508,95
Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	66.847,81	138.043,44
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	521.993,91	807.600,77	1.056.837,67
DESPESAS	2,006	2,007	2,008
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	87.826,43	119.739,45	200.632,49
ADMINISTRAÇÃO	87.826,43	119.739,45	66.653,19
Despesas Correntes	87.826,43	119.739,45	66.653,19
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	133.979,30
Pessoal Civil	0,00	0,00	133.979,30
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. Aposentadorias RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	87.826,43	119.739,45	200.632,49
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	434.167,48	687.861,32	856.205,18
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

Idalcir Luiz Santi

João Bernardo Bohn

Márcia Effencourt Krügel

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

Lei de Diretrizes Orçamentárias


Anexo de Metas Fiscais

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

LDO 2010

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

EVENTO	VALOR PREVISTO 2010
Aumento Permanente da Receita	772.773,32
Decorrentes de Receitas Tributárias	77.038,00
Decorrente de Transferências Correntes	695.735,32
(-) Transferências ao FUNDEF	43.261,42
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita	729.511,90
Redução Permanente de Despesa (I)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	729.511,90
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	224.773,61
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	162.521,22
Relativas a Outras Despesas Correntes	62.252,39
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	504.738,29


Idalcir Luiz Santi
Prefeito Municipal


Joel Bernardo Bohn
Secretário Municipal


Márcia Blitencourt Krügel
T. C. CRC/RS 52.856/0-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Programa: 0001 Modernização dos serviços públicos

Objetivo: Garantir o funcionamento das Atividades do Poder Legislativo

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
001	1 - Projeto	Construção do prédio para Casa Legislativa	Prédio adquirido		1,00	50.000,00
001	2 - Atividade	Manutenção do Poder Legislativo Municipal	Atividade mantida		1,00	359.700,00
Total do Programa						409.700,00

Programa: 0002 Apoio Administrativo

Objetivo: Garantir o funcionamento das atividades de apoio administrativo a todas os órgãos da Administração Municipal, qualificando e otimizando gastos públicos e as tarefas executadas pela estrutura de apoio administrativo municipal

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
002	1 - Projeto	Equipamentos para Secretaria de Coordenação e Planejamento	Equipamento adquirido		5,00	4.000,00
003	1 - Projeto	Construção do Centro Administrativo	Centro Administrativo Construido		1,00	80.000,00
004	1 - Projeto	Capacitação Servidores	Servidores Capacitados		217,00	2.000,00
005	1 - Projeto	Equipamentos para Secretaria da Administração	Equipamento adquirido		2,00	3.500,00
007	1 - Projeto	Equipamentos para o Gabinete do Prefeito	Equipamento adquirido		1,00	9.000,00
009	1 - Projeto	Equipamentos para Secretaria da Fazenda	Equipamentos adquiridos		6,00	3.900,00
010	1 - Projeto	Construção de prédio para Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	Prédio construído		1,00	50.000,00
011	1 - Projeto	Incentivo e parcerias para reflorestamento e fruticultura	Reflorestamento e fruticultura realizados		2,00	10.000,00
002	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria de Coordenação e Planejamento	Atividade mantida		1,00	50.000,00
003	2 - Atividade	Manutenção do Gabinete do Prefeito	Atividade mantida		1,00	353.360,00
004	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria da Administração	Atividade mantida		1,00	129.000,00
005	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria Geral de Governo	Atividade mantida		1,00	43.200,00
006	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria da Fazenda	Atividade mantida		1,00	267.280,00
007	2 - Atividade	Manutenção do Serviço de Publicidade	Atividade mantida		1,00	21.000,00
009	2 - Atividade	Manutenção do Regime Próprio de Previdência Social	Atividade mantida		1,00	1.270.500,00
010	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria da Saúde	Atividade mantida		1,00	1.200.000,00
011	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria de Educação e Cultura	Atividade mantida		1,00	1.396.440,00
012	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria de Obras, Viação e Trânsito	Atividade mantida		1,00	619.920,00
013	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	Atividade mantida		1,00	174.960,00
014	2 - Atividade	Manutenção da Secretaria do Turismo, Indústria, Comércio e Serviços	Atividade mantida		1,00	44.000,00
Total do Programa						5.807.880,00

Programa: 0003 Valorização do Comércio Local e Produção Primária

Objetivo: Aumento da arrecadação do ICMS

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
012	1 - Projeto	Prêmios p/ o Programa de Valorização do Comércio Local, Produção Primária	Prêmios adquiridos		6,00	6.000,00
Total do Programa						6.000,00

Programa: 0004 Conservação e Manutenção de Estradas Vicinais

Objetivo: Manter e conservar as estradas administradas pelo Município, garantindo níveis satisfatórios de qualidade e de segurança de tráfego. Reduzir os custos de manutenção e restauração das estradas

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
013	1 - Projeto	Recuperação de buíes e pontilhões	Buíes e pontilhões recuperados		12,00	115.000,00
015	1 - Projeto	Sinalização viária municipais	Sinalização mantidas		80,00	20.000,00
015	2 - Atividade	Conservação e manutenção de estradas vicinais	Estradas mantidas		350,00	525.000,00

Idalcir Luiz Santi
Prefeito Municipal

Joel Bernardo Bohn
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010

ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Total do Programa -----> 660.000,00

Programa: 0005 Modernização da Infra-Estrutura Urbana

Objetivo: Ampliar e qualificar a infra-estrutura urbana

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
016	1 - Projeto	Construção de rampas de acessibilidade nas ruas da cidade	Rampas construídas	50,00	2.500,00	
017	1 - Projeto	Padronização de passeios públicos	Passeios públicos padronizados	80,00	24.000,00	
018	1 - Projeto	Drenagem pluvial em ruas da cidade	Drenagem executada	300,00	20.000,00	
019	1 - Projeto	Execução de pavimentação poliédrica	Pavimentação poliédrica executada	7.800,00	165.000,00	
020	1 - Projeto	Ampliação e melhoria na iluminação Pública	Iluminação Pública melhorada e ampliada	20,00	60.000,00	
021	1 - Projeto	Melhorias na Sinalização viária	Sinalização Melhorada	540,00	11.800,00	
022	1 - Projeto	Aquisição de equipamento p/coleita seletiva	Equipamentos Adquiridos	30,00	6.000,00	
023	1 - Projeto	Pavimentação c/ lajotas e iluminação na Praça Central Arnaldo Guilherme Jost	Praça iluminada e pavimentada	1,00	50.000,00	
024	1 - Projeto	Construção do Prédio p/ instalação da Secretaria Municipal de Obras Viação e Trânsito	Prédio Construído	1,00	100.000,00	
025	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos e móveis	Equipamentos e móveis adquiridos	70,00	15.000,00	
026	1 - Projeto	Execução de Pavimentação asfáltica	Pavimentação Executada	16.250,00	500.000,00	
Total do Programa ----->						954.300,00

Programa: 0006 Melhor estrutura em saneamento

Objetivo: Ampliar e melhorar os sistemas do abastecimentos de água

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
027	1 - Projeto	Recuperação de Sistemas de Abastecimento de Água Potável	Sistema Recuperado	3,00	110.000,00	
028	1 - Projeto	Construção de sistemas de Abastecimento de Água Potável	Sistemas Construídos	6,00	222.165,00	
029	1 - Projeto	Ampliação do controle da qualidade de Água dos sistemas de Abastecimento	Sistema com Potabilidade	4,00	10.000,00	
Total do Programa ----->						342.165,00

Programa: 0007 Qualificando o Ensino

Objetivo: Oportunizar melhor qualidade de ensino assegurando o acesso e a permanência na Escola

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
030	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos, móveis e utensílios	Equipamentos, móveis e utensílios adquiridos	100,00	20.000,00	
032	1 - Projeto	Aquisição de acervos didáticos, materiais pedagógicos e esportivos	Acervos e materiais adquiridos	50,00	10.000,00	
033	1 - Projeto	Aquisição de uniformes	Uniformes adquiridos	350,00	15.000,00	
034	1 - Projeto	Qualificação dos Profissionais de Ensino	Profissionais Qualificados	25,00	2.000,00	
035	1 - Projeto	Construção de 01 Escola de 0 a 5 anos - Educação Infantil	Escola Construída	1,00	1.000.000,00	
Total do Programa ----->						1.047.000,00

Programa: 0008 Resgatando a Cultura

Objetivo: incrementar ações de fomento à cultura

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
037	1 - Projeto	Atualização e ampliação do acervo bibliográfico	Acervo atualizado e ampliado	100,00	5.000,00	
038	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos e móveis	Equipamentos e móveis adquiridos	25,00	8.000,00	
039	1 - Projeto	Aquisição de vestuário e indumentárias p/ grupos Étnicos	Vestuários e indumentárias adquiridos	100,00	4.000,00	
040	1 - Projeto	Aquisição de vestuário para os grupos de teatro e dança	Vestuário adquiridos	100,00	4.000,00	

Idalcy Luz Santi
Prefeito Municipal

Joel Bernardo Bohn
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010
ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

Total do Programa -----> **21.000,00**

Programa: 0009 Esporte e Lazer para todos

Objetivo: Ampliar as práticas de esportes e opções de lazer à população

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
041	1 - Projeto	Campeonatos Desportivos.	Campeonatos realizados	6,00		10.000,00
042	1 - Projeto	Aquisição de uniformes e materiais esportivos.	Uniformes e materiais adquiridos.	100,00		10.000,00
043	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos de ginástica - academia ao ar livre.	Equipamentos adquiridos	20,00		22.000,00

Total do Programa -----> **42.000,00**

Programa: 0010 Atenção Básica

Objetivo: Manter e ampliar o atendimento aos Usuários do SUS - Sistema Único de Saúde

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
046	1 - Projeto	Melhorias dos Prédios das Unidades Básicas de Saúde.	Prédios Melhorados.	1,00		25.000,00
048	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos laboratoriais.	Equipamentos adquiridos.	2,00		15.000,00
049	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos, móveis e utensílios.	Equipamento adquiridos.	6,00		4.000,00
051	1 - Projeto	Cursos de capacitação Servidores.	Servidores qualificados.	1,00		1.000,00
016	2 - Atividade	Reimplantação de uma Equipe de Saúde da Família - ESF	Equipe reimplantada	1,00		186.000,00

Total do Programa -----> **231.000,00**

Programa: 0011 Serviços Municipal de Saúde

Objetivo: Garantir o acesso ao serviço municipal de saúde

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
052	1 - Projeto	Reforma do Hospital Municipal	Hospital reformado e reestrutura	1,00		10.000,00
053	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos, móveis e utensílios	Equipamentos, móveis e utensílios adquiridos	6,00		40.000,00
054	1 - Projeto	Aquisição de veículo	Veículo adquirido	1,00		190.000,00
055	1 - Projeto	Capacitação dos Servidores	Servidores Capacitados	1,00		1.000,00
017	2 - Atividade	Manutenção do Hospital Municipal	Hospital mantido	1,00		563.633,00

Total do Programa -----> **744.633,00**

Programa: 0012 Melhoria Habitacional para Controle da Doença de Chagas

Objetivo: Melhorar a qualidade de vida e saúde das famílias atingidas


Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
056	1 - Projeto	Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas	Habitções melhoradas	45,00		162.400,00

Total do Programa -----> **162.400,00**

Programa: 0013 Promoção Social e Cidadania de Inclusão Social

Objetivo: Oportunizar ações geradoras de Inclusão Social

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
057	1 - Projeto	Aquisição de veículo	Veículo adquirido	1,00		22.000,00
058	1 - Projeto	Construção do Centro de Convivência	Centro Construído	1,00		60.000,00
059	1 - Projeto	Ampliação do Centro de Referência Assistência Social	CRAS	1,00		41.000,00
060	1 - Projeto	Aquisição de equipamentos, móveis e utensílios	Equipamentos, móveis e itens adquiridos	20,00		8.000,00
061	1 - Projeto	Melhorias Habitacionais	Melhorias efetuadas	10,00		30.000,00
072	1 - Projeto	Infra-Estrutura do Núcleo Habitacional	Núcleo Habitacional Estruturado	1,00		10.000,00


Idalci Luiz Santi
 Prefeito Municipal


Joel Bernardo Bohn
 Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2010
ANEXO III - PROGRAMAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

016	2 - Atividade	Manutenção e desenvolvimento dos Programas; PAIF, Programa Agente Jovem, SAC, OASF, Bolsa Família e Projetos RS Amigo do Idoso	Programas e Projetos mantidos	4,00	113.161,40
019	2 - Atividade	Manutenção dos Serviços (Benefícios) eventuais	Serviços mantidos	127,00	8.000,00

Total do Programa -----> 290.161,40

Programa: 0014 Incentivo ao Produtor Rural

Objetivo: Melhorar a capacidade produtiva e a qualidade de vida dos produtores rurais

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
062	1 - Projeto	Ampliação da Patrulha Agrícola	Equipamentos adquiridos	2,00		70.000,00
063	1 - Projeto	Troca Troca de Sementes	Sementes distribuídas	14,00		45.000,00
064	1 - Projeto	Subsídios dos juros de empréstimos	Juros subsidiados	2,00		20.000,00
065	1 - Projeto	Inseminação artificial	Inseminação efetuada	1.000,00		8.000,00
066	1 - Projeto	Instalação de Agroindústrias	Agroindústrias instaladas	1,00		6.000,00
067	1 - Projeto	Cursos de capacitação na gestão da propriedade rural	Cursos realizados	2,00		2.000,00
020	2 - Atividade	Manutenção dos acessos às propriedades rurais	Atividades mantida	400,00		15.000,00
Total do Programa ----->						166.000,00

Programa: 0015 Incentivo a instalação de Indústrias

Objetivo: Incrementar a geração de empregos, renda e acréscimo da arrecadação

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
068	1 - Projeto	Incentivo à indústrias	Incentivos concedidos	5,00		10.000,00
Total do Programa ----->						40.000,00

Programa: 0016 Desenvolvimento ao Turismo

Objetivo: Criar alternativas de turismo


Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
069	1 - Projeto	Sinalização Turísticas	Atrativo sinalizado	10,00		8.000,00
070	1 - Projeto	Incentivo para empreendimentos Turísticos	Empreendimentos beneficiados	1,00		5.000,00
Total do Programa ----->						13.000,00

Programa: 0000 Operações Especiais

Objetivo: Viabilizar o pagamento de amortização de dívidas e encargos municipais

Cód.	Tipo	Ações	Produto	U. Medida	Meta Física	2010
001	0 - Op. Especial	Contribuição ao Paspê	Paspê recolhido	1,00		72.360,00
002	0 - Op. Especial	Pagamentos de Sentenças Judiciais	Sentenças Judiciais pagas	1,00		136.080,00
003	0 - Op. Especial	Amortização de Passivo Atuarial	Passivo atuarial pago	1,00		345.600,00
004	0 - Op. Especial	Devolução Saldo Convênios	Saldo devolvidos	0,00		10.000,00
005	0 - Op. Especial	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	1,00		398.720,00
Total do Programa ----->						962.760,00

Total Geral -----> 11.900.000,00


Idalcir Luiz Santos
 Prefeito Municipal


Joel Bernardo Bohn
 Secretário Municipal


PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA


Lei de Diretrizes Orçamentárias

Relação de Variáveis

LDO 2010

VARIÁVEIS	2007	2008	2009	2010	2011	2012
% Inflação Média Anual (IPCA)	5,69	4,50	4,50	4,50	4,50	4,50
% Variação do PIB	2,30	4,50	5,00	5,00	5,00	5,00
% Cresc. Vegetativo da Folha Salarial	4,16	4,50	3,50	3,50	3,50	3,50
% Cresc. Autônomo de Outros Custeios	9,02	-4,17	-2,63	2,55	3,28	1,50
% Esforço na Arrecadação Tributária	-20,24	38,79	30,00	20,00	10,00	10,00
% Cresc. Real das Receitas Transferidas	12,77	1,78	1,00	6,21	3,07	3,00
% Aumento Salarial	10,00	5,00	3,68	6,00	6,00	6,00
% Crescimento dos Investimentos	85,36	130,23	53,26	30,00	30,00	30,00
	2008	2009	2010	2011	2012	
Valor PIB Estadual	175.209.000,00	172.285.000,00	211.328.000,00	232.027.000,00	251.000.000,00	


Idalcir Luiz Santi
Prefeito Municipal


Joel Bernardo Bohn
Secretário Municipal


Márcia Bittencourt Krügel
T. C. CRC/RS 52.856/0-6

ANEXO IV

Projeção Anual

Projeção de Receitas/Despesas		ALEGRIA / RS		
Inicia por:	3.880.218,96			
Ano	Receitas Ano	Despesas Ano	Líqu. Ano	Saldo
2009	541.600,80	228.466,03	313.134,77	4.193.353,73
2010	516.655,75	228.466,03	288.189,72	4.733.144,67
2011	573.581,71	250.228,03	323.353,68	5.340.487,03
2012	602.279,47	250.228,03	352.051,44	6.012.967,70
2013	602.279,47	293.752,03	308.527,44	6.682.273,20
2014	602.279,47	359.038,03	243.241,44	7.326.451,03
2015	602.279,47	402.562,03	199.717,44	7.965.755,53
2016	602.279,47	489.610,03	112.669,44	8.556.370,30
2017	602.279,47	511.372,03	90.907,44	9.160.659,96
2018	602.279,47	565.777,03	36.502,44	9.746.802,00
2019	553.789,08	598.420,03	(44.630,95)	10.286.979,17
2020	553.789,08	718.111,03	(164.321,95)	10.739.875,97
2021	553.789,08	761.635,03	(207.845,95)	11.176.422,58
2022	553.789,08	837.802,03	(284.012,95)	11.562.994,98
2023	533.920,92	913.969,03	(380.048,11)	11.876.726,57
2024	533.920,92	990.136,03	(456.215,11)	12.133.115,06
2025	533.920,92	1.055.422,03	(521.501,11)	12.339.600,85
2026	533.920,92	1.120.708,03	(586.787,11)	12.493.189,79
2027	541.276,58	1.207.756,03	(666.479,45)	12.576.301,73
2028	541.276,58	1.218.637,03	(677.360,45)	12.653.519,38
2029	541.276,58	1.185.994,03	(644.717,45)	12.768.013,09
2030	541.276,58	1.138.190,30	(596.913,72)	12.937.180,16
2031	541.276,58	1.225.238,30	(683.961,72)	13.029.449,25
2032	541.276,58	1.301.405,30	(760.128,72)	13.051.087,48
2033	541.276,58	1.290.524,30	(749.247,72)	13.084.905,01
2034	541.276,58	1.247.000,30	(705.723,72)	13.164.275,59
2035	351.789,75	1.236.119,30	(884.329,55)	13.069.802,58
2036	351.789,75	1.159.952,30	(808.162,55)	13.045.828,18
2037	351.789,75	1.203.476,30	(851.686,55)	12.976.891,33
2038	351.789,75	1.214.357,30	(862.567,55)	12.892.937,26
2039	351.789,75	1.192.595,30	(840.805,55)	12.825.707,94
2040	351.789,75	1.105.547,30	(753.757,55)	12.841.492,87
2041	351.789,75	1.083.785,30	(731.995,55)	12.879.986,89
2042	351.789,75	979.290,00	(627.500,25)	13.025.285,85
2043	351.789,75	957.528,00	(605.738,25)	13.201.064,75
2044	351.789,75	881.361,00	(529.571,25)	13.463.557,39
2045	351.789,75	816.075,00	(464.285,25)	13.807.085,58
2046	351.789,75	750.789,00	(398.999,25)	14.236.511,47
2047	351.789,75	663.741,00	(311.951,25)	14.778.750,90
2048	351.789,75	652.860,00	(301.070,25)	15.364.405,71
2049	351.789,75	631.098,00	(279.308,25)	16.006.961,80
2050	351.789,75	609.336,00	(257.546,25)	16.709.833,26
2051	351.789,75	500.526,00	(148.736,25)	17.563.687,01
2052	351.789,75	446.121,00	(94.331,25)	18.523.176,98
2053	351.789,75	413.478,00	(61.688,25)	19.572.879,34
2054	351.789,75	435.240,00	(83.450,25)	20.663.801,85
2055	351.789,75	467.883,00	(116.093,25)	21.787.536,72
2056	351.789,75	500.526,00	(148.736,25)	22.946.052,67
2057	351.789,75	522.288,00	(170.498,25)	24.152.317,58
2058	351.789,75	533.169,00	(181.379,25)	25.420.077,38

Ano	Receitas Ano	Despesas Ano	Liq. Ano	Saldo
2059	351.789,75	576.693,00	(224.903,25)	26.720.378,78
2060	351.789,75	576.693,00	(224.903,25)	28.098.698,25
2061	351.789,75	674.622,00	(322.832,25)	29.461.787,90
2062	351.789,75	718.146,00	(366.356,25)	30.863.138,92
2063	351.789,75	739.908,00	(388.118,25)	32.326.809,01
2064	351.789,75	816.075,00	(464.285,25)	33.802.132,30
2065	351.789,75	892.242,00	(540.452,25)	35.289.807,99
2066	351.789,75	957.528,00	(605.738,25)	36.801.458,22
2067	351.789,75	957.528,00	(605.738,25)	38.403.807,46
2068	351.789,75	1.044.576,00	(692.786,25)	40.015.249,66
2069	351.789,75	1.044.576,00	(692.786,25)	41.723.378,39
2070	351.789,75	1.011.933,00	(660.143,25)	43.566.637,84
2071	351.789,75	1.098.981,00	(747.191,25)	45.433.444,86
2072	351.789,75	1.186.029,00	(834.239,25)	47.325.212,30
2073	351.789,75	1.262.196,00	(910.406,25)	49.254.318,79
2074	351.789,75	1.251.315,00	(899.525,25)	51.310.052,67
2075	351.789,75	1.207.791,00	(856.001,25)	53.532.654,58
2076	351.789,75	1.196.910,00	(845.120,25)	55.899.493,60
2077	351.789,75	1.120.743,00	(768.953,25)	58.484.509,97
2078	351.789,75	1.164.267,00	(812.477,25)	61.181.103,31
2079	351.789,75	1.120.743,00	(768.953,25)	64.083.016,26
2080	351.789,75	1.098.981,00	(747.191,25)	67.180.805,99
2081	351.789,75	1.011.933,00	(660.143,25)	70.551.511,10
2082	351.789,75	990.171,00	(638.381,25)	74.146.220,51
2083	351.789,75	914.004,00	(562.214,25)	78.032.779,49
2084	351.789,75	892.242,00	(540.452,25)	82.174.294,01

fms